

Migrações do passado e do presente: uma análise cruzando gênero, etnicidade e preconceitos.

ST 55

Jussara Maria Della Flora

UPF Universidade de Passo Fundo RS

Palavras-chave: oeste catarinense – mulheres – dominação.

Ser mulher: trabalhadeira , parideira e companheira no oeste catarinense.

A presente abordagem revela a trajetória de vida de mulheres colonizadoras da região Oeste de Santa Catarina entre os anos de 1940 a 1985. Também registra através de narrativas as experiências sociais vividas por pioneiras em regiões pouco habitadas ou em ocupação no período em pauta. Objetiva entender como funcionavam os mecanismos de dominação, simbólicos, estruturais, econômicos e sexuais, entendendo que as mulheres eram preparadas, desde o nascimento, para serem *trabalhadeiras, parideiras e companheiras*. Propõe esclarecer a múltipla vivência das mulheres em seu cotidiano e registrar o silêncio ligado à partilha desigual nos ambientes sócio-produtivos.

HISTÓRIA DOMÉSTICA

Registrar o processo de submissão e exploração sofrido pelas mulheres coloniais, em todas as fases de suas vidas, em todas as partes do corpo: nos braços para trabalhar, na cabeça para administrar todos os serviços da casa, incluindo os filhos, a propriedade e os ventres para parir, representam o principal objetivo deste trabalho. Tal registro é composto por costumes, comportamentos, transgressões, opressão sofrida pelas mulheres em seus amores, sonhos, afetos e expectativas. A maioria desfeita ou não realizada.

Categoria ainda hoje pouco estudada, o trabalho familiar do mundo colonial-camponês oestino catarinense, tinha profundo compromisso em prover a subsistência familiar, e o trabalho feminino neste meio era escassamente recompensado, se considerarmos o pouco que recebiam como retribuição cotidiana e a falta de *devolução* do produzido, por ocasião do casamento.

Materializava simbolicamente essa realidade o fato de que o homem era sempre o proprietário da terra e das posses, mesmo se elas pertencessem também legalmente à mulher. Na perspectiva da historiografia tradicional, os sujeitos históricos eram os heróis, as elites, os

governantes, os grandes proprietários, todos eles do sexo masculino. Porém, apesar de o feminino ter sido relegado da história oficial, nas últimas décadas percebe-se um avanço nas reflexões científicas e analíticas sobre a realidade regional, não raro, produto de mulheres escritoras que começam a manifestar-se no âmbito regional.

O patriarcalismo foi sempre um dos alicerces das sociedades camponesas.ⁱ Por conseqüência, nesse implacável *Maloc colonial*, a mulher boa era a mulher que paria dezenas de filhos. Ela devia também manter a moral católica; saber bordar, costurar, cozinhar, plantar, construir; para os pais autoritários eram valores estimados em uma mulher. Não devia, porém, saber ler, pensar, falar em liberdade. Alguns especialistas, como Claude Meillassoux, em *Mulheres, celeiros e capitais*, explicam pela capacidade feminina singular da reprodução, principal *arma* na reprodução do grupo social, a defesa, controle e submissão das mulheres pelos patriarcas associados de uma comunidade.ⁱⁱ Nas sociedades escravistas mediterrânicas – egípcias, romanas, gregas, cretenses e outras – o grau de submissão da mulher passou a depender, em grande parte, de sua classe social. E já, então, na sociedade de classes determinava fortemente a dominação de gênero.ⁱⁱⁱ

A gravidez e o nascimento dos filhos, descritos pelas mais de duas dezenas de mulheres que entrevistamos, faziam parte de um mundo não raro estranho a alguns segmentos do grupo familiar. Certas revelações só aconteciam puramente pela experiência da maternidade. *Tudo o que se ligava à sexualidade, à gravidez e ao parto era muito pouco comentado.*^{iv} Neste estudo sobre a mulher colonial, destacou-se o papel da parteira e de sua reconhecida prática comunitária. Com perícia, ela auxiliava às futuras mães através de rezas, massagens, benzeduras e chás. Era quem decidia pela busca de auxílio médico ou não, em caso de risco. Embora a maioria dos partos fosse feitos entre mulheres, em situações de dificuldade, a presença masculina era vista como importante, submetida, porém, às ordens da parteira. Enfatizava-se assim um saber do qual as mulheres eram possuidoras, mantenedoras e transmissoras.^v

O pós-parto e o período de resguardo das mães, a cura e os trabalhos domésticos e rurais faziam parte do acompanhamento da parteira colonial. Havia todo um processo de estímulo, de conforto, para a superação das dificuldades que, muitas vezes, culminava na invocação de forças espirituais, devido à fragilidade das forças materiais. O apego a santos e a Nossa Senhora era uma prática comum estimulada pelas mães e parteiras na hora dos nascimentos.

Do contexto dos nascimentos fazia parte ainda todo o cuidado que a mãe deveria ter em relação à chamada quarentena. Para a mulher colonial, o pós-parto era período significativo no processo de retorno à vida cotidiana, alterada pelos eventos do parto e do nascimento.^{vi} *A gente conhece mulheres que não se cuidaram e que tiveram recaídas. As mulheres não ficavam doentes. Elas se cuidavam, não iam na roça, os primeiros dias não lavavam o cabelo. Tinha gente que ficavam até nove dias no quarto. Usava lenço ou um chapéu, os primeiros dias.*^{vii}

A PRIMEIRA INFÂNCIA:

A fase infantil da mulher colonial era composta de muito trabalho, pouco sono e quase nada de estudo. A duração da infância *plena* era curta e seu fim, rápido e forçado. Inserida em contexto rural dominado pelo trabalho braçal, já a partir dos cinco anos, a menina dedicava-se a tarefas simples. Aos dez anos, devia já dominar atos produtivos complexos, sobretudo domésticos. De criancinha, devia tornar-se, no comportamento e nas atitudes, uma *pequena* adulta.

Se, como vimos, pôde aflorar, progressivamente, a consciência do caráter diverso entre a criança e o adulto, para Philippe Áries, isso ocorreu em proveito, primeiro dos meninos e, apenas após, das meninas: “O sentimento da infância beneficiou primeiro meninos, enquanto as meninas persistiram mais tempo no modo de vida tradicional que as confundia com adultos.”^{viii}

Debruçada sobre esse mundo onde a menina, mesmo muito jovem, era sobretudo uma trabalhadora em crescimento, Mary Del Priore terminou perguntando-se, em *História da criança no Brasil*, se em “algum momento elas se sentiam realmente crianças?”^{ix}

Ao ingressar no mundo das adultas, acrescia o domínio de saberes específicos sobre trabalho, mas pouco sobre seu corpo e sua sexualidade. Conhecia o silêncio sobre esses últimos domínios de parte daquela que mais deveria ajudá-la – sua mãe. Algumas orientações eram emitidas pelas mães sobre a metamorfose que as filhas viviam. Porém, em geral, elas se limitavam a recomendações de cuidado em relação ao sexo masculino, sem maiores explicações das razões desses cuidados.

Nesta fase, a jovem vivia em um contexto onde o homem –o pai, o irmão e mais tarde o marido–era a figura dominante. A ele, devia obediência e submissão. Romper com a sólida visão da subalternidade feminina significava conflitar com idéias e valores construídos ao longo dos tempos.

Otilia Camassola, com 82 anos, conta a vigilância cerrada por parte do pai de seus poucos contatos com os jovens de sua idade. “*Porque vinha um rapaz junto com nós. Nós não tinha culpa é. E ele [o pai], tava ali escondido na beira da estrada esperando e hó! Pau, pau. Ele tinha medo que nós se botava fora.*”^x. Sob a autoridade masculina, a sexualidade era reprimida e considerada perigosa; os contatos ou o prazer corporal eram sinônimos de perdição. Neste contexto de profunda submissão, namorar tornava-se uma possível saída para a jovem que, em muitos casos, encontrava no casamento possibilidade de livrar-se da rígida hierarquia colonial-camponesa oestina. Entretanto, mais comumente, o namoro era a via para uma nova forma de submissão – a submissão ao marido. Desta forma, pouco espaço havia para o amor romântico e o prazer sexual.^{xi} Amália Capeletti, 70 anos, revela: “*Não era bem namoro, era uma amizade, assim quase que como irmão. Um no canto da mesa e o outro no outro canto.*”^{xii}

A visão de mundo das jovens coloniais não ia além da possibilidade de casamento, no seio da comunidade colonial-camponesa. Antes de tudo, o noivo deveria pertencer a uma família de bons costumes, que estivesse de acordo com os padrões religiosos e morais. Porém, acima de tudo, devia possuir os meios de subsistência necessários para promover o bem-estar da futura esposa e da futura prole. Uma depoente revela o desprezo do pai, ao perceber a união de uma filha com um esposo pobre: “*Mais uma promissória miserável, o pai dizia sempre.*”^{xiii} Em verdade, as jovens controlavam minimamente a parca renda que obtinham com produtos produzidos direta ou indiretamente por elas, e ainda tinham que se submeter, nesse domínio, à vontade das mães. Em muitos casos, aceitavam com normalidade não receber terra ou casa, como se não tivessem trabalhado como seus irmãos, não merecendo, portanto tal bem. Angelina Gobato, 74 anos, comenta: “*Nós pouco, os rapazes então ganhavam a casa e a terra quando ganhavam. E a mulher então ganhava o enxoval [...] Boi, eles ganhavam; arado, ferramenta pra trabalhar na roça; cavalo.*”^{xiv} Carmelinda relembra: “*Se tu se lembra o que ga fato com noi. E trabaiá de manhã cedo até domingo e, meu deus! Nós trabaiava [emocionada].*”^{xv}

Havia vigilância e certas punições às jovens que porventura engravidavam antes do casamento. Catarina Argenta Araldi reproduz ainda as narrativas com que a comunidade tentava reprimir a gravidez antes do casamento: “*Qualquer um acontecia!. Era judiada, não tinha direito a padrinhos, a nada! Não! Ir embora porque na casa ninguém queria ela. Era triste!*”^{xvi}

Como percebemos, a economia da região oeste de Santa Catarina era eminentemente agrícola, predominando, na época estudada, a pequena propriedade rural. Sua exploração manual

e rústica exigia o empenho de toda a família, sobretudo da mulher jovem e adulta.”^{xvii} Para Assunta V. Lobato, 74 anos, o trabalho continuava duro depois de casada: “Não tinha diferença, era tudo igual, foice, machado. Depois que nós casemo, mesmo serviço.”^{xviii} A mulher trabalhava na roça e retornava para casa, ao meio-dia, para preparar e servir a refeição, antes de retornar ao trabalho. O marido apenas almoçava e, a seguir, não raro, *sestava*. Em não poucos casos, após levantar-se, expressava sua contrariedade, quando a mulher não terminara seu serviço. Araldi, 74 anos, lembra: “[A refeição] tinha que tá pronta. [Ele] sentava na mesa e comia. Depois, lavá a louça, a roupa. Pra depois acompanhá ele na roça. Ele ia dormi [a sesta]. [Ele] levantava e dizia: – Tu não tá pronta ainda pra me acompanhá? Não tinha nem sentado. Vi com meus olhos isso. Olha! Isso era injustiça! Meu! Quanto sofrimento, essas mulheres!”^{xix}

Amadas ou não, as camponesas coloniais do oeste de Santa Catarina casavam esperando realizar o sonho de liberdade, construir uma vida de conforto e serem felizes. No entanto, no processo de construção regional, era função fundamental da mulher ser uma boa *geradora* e *parideira* de filhos, necessária para a produção colonial. As mulheres oestinas carregavam consigo o estigma de alcançarem a glória celeste através da quantidade crescente de filhos paridos. Tudo muito igual ao que ocorrera nas propriedades das comunidades rurais ítalo-gaúchas do Rio Grande do Sul, de onde provinham suas mães.

Entende-se que, ao produzir muitos filhos, sobretudo no momento em que a terra tendeu a escassear, a mulher camponesa também reproduzia a pobreza. As mulheres oestinas também estiveram grávidas por muitos anos durante a sua vida. Assim como suas mães, elas eram verdadeiras máquinas de fazer filhos. Praticantes da religião católica, as mulheres foram as que mais sentiram os efeitos e as conseqüências da pregação natalista. Terezinha Tonello, 67 anos, revela os conselhos do clero sobre a reprodução: “*O padre dizia que pegá o terço, rezá ele inteiro, era tão bonito, daí ele valia. Daí, se nós tinha esse terço cheio de filho, vamos dizer, mais um filho que tinha, era mais um degrau pra ir pro céu.*”

Hoje, as pioneiras oestinas são mulheres de muita experiência da vida, senhoras de grande sabedoria que reconhecem as profundas flutuações e alterações em suas vidas. Para a mulher colonial a velhice chegou cedo. Em muitos casos, o excesso de trabalho apressou o aparecimento de doenças, frutos da falta de informações, do muito trabalho, do pouco sono, das necessidades materiais.

VIDA NOVA NA CIDADE

No contexto do processo de evasão rural ocorrido na agricultura nas últimas décadas, várias famílias deslocaram-se para a cidade levando consigo os idosos. Atualmente, grande parte das entrevistadas está na cidade incumbida da criação dos netos, enquanto as filhas e as noras trabalham fora. Outro fator de urbanização deve-se à aposentadoria das mulheres agricultoras. As mulheres também abandonaram o campo em busca de tratamento médico.

O deslocamento da mulher camponesa idosa para a cidade trouxe conseqüências diversas como a perda das referências rurais com seqüelas para a saúde física e mental. Na cidade, não identificam seus lugares físicos e simbólicos.¹

Vivendo na cidade a nova “idade da vida”, as depoentes raras vezes esquecem dos costumes da roça. Elas possuem boas lembranças das plantações, das colheitas e da horta, associando sabores e cheiro como resultado dos gêneros e alimentos naturais, por elas cultivadas e saboreados. Em suas trajetórias de vida apontam os animais como seres que fizeram parte de suas vidas. Em quase todas as narrativas, o tempo rural marcou a existência feminina com lembranças de espaços considerados delas, como o jardim e a horta onde puderam objetivar uma autonomia sempre procurada, no crescimento das plantas, hortaliças, chás e no desabrochar das flores. Contudo, são claras ao lembrar que não desejam e não aceitariam a volta a certos aspectos da vida daquele tempo: “*Eu sempre falo assim: – Deus que me perdoe. Se eu era pra ser nova de novo, como foi eu não queria ser. Eu não gosto de me lembrá e saber que não tinha direito em nada só sofrê e trabalha.*”² Ou a preocupação para com a sorte dos filhos, comprometida em alguns casos pelas dificuldades dos pais.

REFERÊNCIAS

DEPOENTES

Emma Colombo Agostini, 74 anos, residente em São José do Cedro. reg. em 13-9-2003.
 Assunta Verônica Lobato, 77 anos, residente em São José do Cedro. reg. em 16-1-2004.
 Ana Amália Capeletti, 71 anos, residente em São José do Cedro. reg. em 13-7-2004.
 Catarina Argenta Araldi, 70 anos, residente em São José do Cedro. reg. em 27-1-2004.
 Angelina Gobato, 74 anos, residente em São José do Cedro. reg. em 22-12-2003.
 Angelina Faquinetto Oliveira, residente em São José do Cedro. reg. em 24-8-2004.
 Carmelinda Nardi, 82 anos, residente em São José do Cedro. reg. em 16-1-2004.
 Otilia Camassola, 82 anos, residente em São José do Cedro. reg. em 15-1-2004.

¹ BARROS, Myriam Lins. *Velhice ou Terceira Idade*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2002. p.7.

² Dep. de Assunta Verônica Lobato, 77 anos, residente em São José do Cedro. reg. em 16-1-2004.

Angelina Foscarini , 78 anos, residente em São José do Cedro. reg. em 20-6-2004.
Terezinha Tonello, 67 anos, residente em São José do Cedro. reg. em 7-12-2004.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da Sedução: sexualidade feminina na Colônia. In PRIORE, Mari Del (org.). *História das mulheres Brasil*. Paulo: Contexto, 2002.

ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Arghos, 1981.

BARROS, Myriam Lins. *Velhice ou Terceira Idade*. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2002.

DEL PRIORE, Mary. *História da criança no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 1996.

MAESTRI, Mario. “As sete mulheres e as negras sem rosto”. II. Passo Fundo, v.1, n.2, out. 2003.

MEILLASSOUX, Claude. *Mulheres, celeiros e capitais*. Porto: Afrontamento, 1976.

MOCELIN, Renato. *As mulheres na antiguidade*. São Paulo: Editora do Brasil, 2000.

MORGA, Antonio (org.). *História das mulheres de Santa Catarina*. Chapecó: ARGOS, 2001.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. *Movimento de Mulheres Agricultoras e o Machismo Trabalhista*. Florianópolis: UFSC, 2003.

ⁱ PAULILO, Maria Ignez. *Movimento de mulheres agricultoras e o machismo trabalhista*. Florianópolis, UFUSC. 2003. p. 5.

ⁱⁱ MEILLASSOUX, Claude. *Mulheres, celeiros e capitais*. Porto: Afrontamento, 1976. p.82.

ⁱⁱⁱ Cf. MOCELIN, Renato. *As mulheres na antiguidade*. São Paulo: Editora do Brasil, 2000. p. 6.

^{iv} MORGA, Antonio. (org). *Historia das Mulheres de Santa Catarina*. Chapecó, ARGOS, 2001.p. 95.

^v MORGA. Op. cit. p. 94.

^{vi} MORGA. Op. cit. p. 47.

^{vii} Dep. de Ana Amália Capeletti, 71 anos, residente em São José do Cedro. reg. em 13-7-2004.

^{viii} ARIÉS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro, Arghos, 1981. p.81.

^{ix} ARAÚJO, Emanuel. A arte da Sedução: sexualidade feminina na Colônia. In PRIORE, Mari Del (org.). *História das mulheres Brasil*. Paulo: Contexto, 2002.p.7.

^x Dep. de Otilia Camassola, 82 anos, residente em São José do Cedro. reg. em 15-1-04.

^{xi} MAESTRI, Mario. “As sete mulheres e as negras sem rosto”. II. Passo Fundo, v.1, n.2, p. 1-3, out. 2003.

^{xii} Dep. de Ana Amália Capeletti, 70 anos, residente em São José do Cedro. reg. em 25-10-2003.

^{xiii} Dep. Terezinha Tonello, 67 anos, residente em São José do Cedro. reg. em 7-1- 2004.

^{xiv} Dep. de Angelina Gobato, 74 anos, residente em São Jose do Cedro. reg. em, 22-12-2003.

^{xv} Dep. de Carmelinda Nardi, 82 anos, residente em São José do Cedro. reg. em 16-1-2004.

^{xvi} Dep. de Catarina Argenta Araldi, 74 anos, residente em São José do Cedro. reg. em 24-8-2004.

^{xvii} Dep. de Carmelinda Nardi, 82 anos, residente em São José do Cedro. reg. em 16-1-2004.

^{xviii} Dep. de Assunta Verônica Lobato, 77 anos, residente em São José do Cedro. reg. em 16-1-2004.

^{xix} Dep. de Catarina Argenta Araldi, 74 anos, residente em São José do Cedro. reg. em 24-8-2004.